

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

Centro de Ciências Sociais e Aplicadas

**UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DA DESIGUALDADE DE RENDA NO
BRASIL NA DÉCADA DE 2011 A 2020**

Laura Maria Covic

São Paulo

2022

Laura Maria Covic

**UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DA DESIGUALDADE DE RENDA NO
BRASIL NA DÉCADA DE 2011 A 2020**

**Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado
ao CCSA Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da
Universidade Presbiteriana Mackenzie, como
exigência para a elaboração da pesquisa de TCC
II**

Orientador: Edgar Cândido do Carmo

São Paulo

2022

RESUMO

O contexto histórico que engloba as matrizes para as realizações políticas públicas envolve as tomadas de decisões afim de combater a desigualdade social e de renda no país possuem contextos diferentes a cada década. Ainda que haja estruturas que viabilizam o melhor desenvolvimento acerca da distribuição de renda no país, ainda persistem erros e entraves que dificultam a chegada de renda nos grupos mais pobres do país. Neste contexto, o presente trabalho buscou responder a seguinte problemática: qual a trajetória e os condicionantes da distribuição de renda no Brasil entre 2011 e 2020? Tendo em vista a pergunta norteadora para o desenvolvimento do trabalho, o objetivo principal do estudo foi identificar e analisar os principais entraves que juntamente condicionados emperraram durante a década a distribuição de renda no Brasil. Os objetivos específicos visaram apresentar a transição entre duas décadas distintas em respeito a evolução histórica de políticas e indicadores sociais, além de identificar os condicionantes para o aumento na desigualdade de renda durante a última década. Os resultados mostraram que os indicadores sociais não foram favoráveis a uma melhor distribuição de renda, além de indicar a desocupação de uma grande parte da parcela da sociedade e isto representar o não recebimento de qualquer tipo de renda.

Palavras-Chave: Desigualdade. Renda. Distribuição.

ABSTRACT

The historical context that encompasses the matrices for public policy achievements surrounding decision-making to combat social and income inequality in the country have different contexts every decade. Even though there are structures that enable better development regarding the distribution of income in the country, errors and obstacles still persist that hinder the arrival of income in the poorest groups in the country. In this context, the present work sought to answer the following problem: what is the trajectory and constraints of income distribution in Brazil between 2011 and 2020? In view of the guiding question for the development of the work, the main objective of the study was to identify and analyze the main obstacles that, together, conditioned, hindered the distribution of income in Brazil during the decade. The specific objectives aimed to present the transition between two distinct decades with respect to the historical evolution of policies and social indicators, in addition to identifying the conditions for the increase in income inequality during the last decade. The results showed that the social indicators were not favorable to a better income distribution, in addition to indicating the vacancy of a large part of society and this represents the non-receipt of any type of income.

Keywords: inequality. Income. Distribution

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
1.1. Referências teóricas	7
1.2. Procedimentos metodológicos	9
2. A desigualdade no Brasil	10
3. O CAMINHO DA DÉCADA INCLUSIVA AO AUMENTO DOS NÍVEIS DE POBREZA E DE DESIGUALDADE NO PAÍS	14
2.1. Seguridade social no Brasil.....	20
2.2. O período de 2011 até 2020	21
3. Considerações finais.....	33
4. Referências.....	34

1. INTRODUÇÃO

O início do século XXI no Brasil apresentou crescimento e estabilidade econômica, a implementação de um regime democrático mais articulado, a redução da desigualdade de renda e a desigualdade social e gerou a autossuficiência brasileira para exportações e a multilateralidade de instituições fortes no país. (IPEA, 2020)

O Brasil é um país de desigualdades evidentes: desigualdades regionais, de gênero, por cor e raça. Neste trabalho de conclusão de curso temos por objetivo lançar luzes sobre a desigualdade de renda que talvez seja a origem de todas as outras desigualdades.

Historicamente, em relação a distribuição de renda, estamos sempre entre os mais desiguais, todavia, na primeira década do século XXI houve melhora em termos da distribuição segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Entre o período de 2001 e 2011 a renda média cresceu mais de 30% e o coeficiente Gini caiu mais de 10% com redução nas taxas de extrema pobreza que recuo 4 pontos percentuais, é então chamada o período de época dourada com expectativas de crescimento para a década seguinte (IESP, 2020).

Este dado positivo é resultado de quatro fatores principais: 1) a expansão do acesso a previdência pública, 2) A política de aumentos reais do salário-mínimo, iniciado do governo Cardoso que teve continuidade no governo Lula; 3) A criação e incremento do programa Bolsa Família e 4) aumento de outras rendas, como juros e aluguéis (IPEA, 2012).

Entretanto, esta tendência de melhora estagnou na década seguinte. A partir de 2012 a perda de controle sobre as contas públicas e a pior recessão que o Brasil enfrentou desde a redemocratização resultou em uma recuperação econômica mais lenta já vista na história brasileira. Desde o ano de 2014 a economia brasileira vem apresentando sinais de estagnação, que resultou para os mais pobres uma reversão dos ganhos encontrados no período anterior. (IPEA,2020)

Diante desta situação, este trabalho se guiará pela seguinte pergunta problema: qual a trajetória e os condicionantes da distribuição de renda no Brasil entre 2011 e 2020?

Tendo em vista a pergunta norteadora, o objetivo geral deste trabalho é o de analisar a trajetória da economia e dos indicadores de desigualdade de renda no Brasil entre os anos de 2011 e 2020, enfatizando as medidas adotadas pelo governo no intuito de atenuar os problemas causados ao longo do período.

Este trabalho está dividido em cinco partes além desta introdução. Na primeira parte, apresentaremos o referencial teórico utilizado na pesquisa, na segunda parte, apresenta-se os aspectos metodológicos que guiaram o desenvolvimento da pesquisa. Na terceira parte, apresenta-se o desenvolvimento da pesquisa com base na literatura apresentada, acerca da evolução dos parâmetros de desigualdade de renda no Brasil ao longo de seu percurso entre 2011 e 2020. Na quarta parte são apresentados os resultados e discussões da pesquisa, e por fim, na quinta e última parte são apresentadas as conclusões da pesquisa.

1.1. Referências teóricas

Segundo POCHMANN, o Brasil é um país que está preparado para enfrentar a desigualdade social, mas não a superar (2014). De acordo com Pochmann, durante o crescimento da economia brasileira, a mobilidade social para diversas classes da sociedade brasileira fora abandonada e a exclusão dessas classes se tornou obscura, pois, como observa Pochmann:

“O fato de haver ascensão em praticamente quase todos os segmentos sociais tornou obscuro saber quem se movimentava mais rápido que os outros. Enquanto alguns segmentos sociais subiam mais rapidamente pelo elevador do “edifício Brasil”, a maioria teve que subir gradualmente pelas escadas, não deixando dúvidas que a mobilidade no interior da sociedade transcorria simultânea ao aprofundamento da desigualdade social” (Pochmann, 2015, p. 14)

A base da desigualdade econômica no Brasil de acordo com Pochmann (2015) tem como estruturação os três séculos em que predominaram o latifúndio da terra, o trabalho escravo e a monocultura exportadora. O lento avanço do país ao sistema capitalista no final do século XIX, tornou que as altas oposições de renda entre as populações se intensificassem cada vez mais.

As políticas sociais podem ser compreendidas por muitos teóricos e governantes como sendo uma falta do crescimento econômico. A perspectiva tomada por NERI (2017), situa o Brasil durante este “retrocesso” no combate a desigualdade de renda no país. as metas de combate à desigualdade de renda nos apontam que

no início dos anos 2000 o Índice Gini demonstra considerável queda até o início de 2014, quando a crise social se intensificou.

“A crise social que se manifesta no final de 2014, surge a partir de excessos e desvios deste caminho no meio. Apenas em 2015, a pobreza subiu 19,3%, com cerca de 3,6 milhões de novos pobres. Embora a desigualdade medida por métricas usuais como o índice de Gini, não tenha aumentado em 2015, a desigualdade relevante em termos de pobreza explodiu.” (Neri, 2017, p.2)

Esta perspectiva é retomada por Sônia Rocha (2006), que aponta que os países que possuem a renda média igual ao Brasil, é relativamente persistente o contingente populacional desprivilegiado. A estruturação da cesta de consumo e das relações inter-regionais a partir do avanço capitalismo no Brasil e do forte avanço das capitais predominantemente mais “avançadas” no país, é o que torna a disparidade do indivíduo indigente como sendo subpopulações de níveis de baixa renda, alvo de políticas públicas específicas, como por exemplo a criação do sistema de transferência de renda, o Bolsa Família.

“(…) a cesta de consumo é apenas o ponto de partida para estabelecer as linhas de indigência e de pobreza. Assim, os indivíduos definidos como indigentes ou pobres estão caracterizados exclusivamente quanto à insuficiência de renda para atender ao consumo mínimo. Nesse sentido, os indigentes são definidos como aqueles que não dispõem de renda para adquirir a cesta alimentar básica, o que não permite fazer inferências sobre o seu estado nutricional.” (Rocha, 2006, p.17)

A criação de um programa de transferência de renda assegura que é o papel do Estado de garantir a alocação de recursos para as regiões menos favorecidas pela iniciativa privada, juntamente com a promoção da distribuição de renda e a estabilização da economia para qual a camada mais desfavorecida acaba sofrendo mais em períodos de alta inflação e recessão. De acordo com SUPPLY, a garantia de se assegurar a renda básica para todos os indivíduos, além de promover a diminuição da pobreza e da desigualdade social, traz o incentivo a liberdade econômica da população menos favorecida.

“A implementação de um Programa de Renda Básica nessas nações pode constituir-se em uma etapa significativa para atingir os objetivos de erradicação da pobreza e de diminuição da desigualdade social, permitindo que as pessoas possam viver com maior dignidade e liberdade.” (Suply, 2003, p.62)

A necessidade de melhores implementações de políticas públicas para ajudar no combate à desigualdade de renda no Brasil, são pautas de extrema importância,

pois, em um país que cerca de 1% da população detém de um quarto dos ganhos nacionais, temos um quarto da população nacional em situação de vulnerabilidade e passando fome, e segundo dados da Reden Penssan e ONU (2021), a tendência é desse cenário continuar em crescimento.

“A renda média brasileira cresceu quase 7% entre 2012 e 2014, caiu mais de 3% em 2015, diminuiu 1% em 2017 e aumentou 4% em 2018. Enquanto a renda per capita dos 5% mais ricos subiu quase 9% no período de 2015-2018, os 50% mais pobres da população viram sua renda média encolher 4%.” (IPEA, 2020)

Estudos apresentados pelo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, demonstram que a recessão entre o período de 2012 e 2018 reverteu todo o cenário de progresso na melhoria da distribuição de renda no país, que vinha apresentando considerável desenrolar desde a virada do século. Apesar de um aumento na renda média entre o período de 2017 e 2018, o país ainda se encontrava com níveis menores ao período de 2014. De modo geral, mesmo com o mínimo crescimento econômico durante o período, os indicadores sociais e de renda, apresentam um retrocesso significativo ao comparado com o começo da década.

1.2. Procedimentos metodológicos

Para atingir os objetivos propostos, neste trabalho se utilizará a pesquisa documental e bibliográfica, pois se utilizará de livros e artigos que tratam sobre o assunto que embasaram as referências teóricas. Neste sentido, as principais referências serão pesquisas na biblioteca do Mackenzie, no site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que é o produz várias pesquisas relacionadas a temática deste trabalho.

Por outro lado, utilizaremos dados primários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), que permitiram a análise da evolução da desigualdade no Brasil no período estudado.

Um dos indicadores a ser utilizado pelo IBGE, será o Índice de desemprego no país, que corrobora para o aumento dos não assalariados e aumento significativo do emprego informal no país.

Do ponto de vista dos indicadores, utilizaremos: Índice de GINI, principal indicador que mensura a desigualdade de renda entre os cidadãos de uma país. Este varia de 0 até 1, sendo que mais próximo de zero representa-se a igualdade absoluta e mais

próxima de 1, a desigualdade plena. Além deste, utilizaremos o indicador 10/40, que mede a razão da renda do 10% mais ricos do país em relação aos 40% mais pobres no Brasil no período em estudo.

Do ponto de vista do tipo, realizar-se-á uma pesquisa básica, pois é nosso objetivo compreender o fenômeno social como a desigualdade, buscando colaborar para a atualização da discussão. Ao mesmo tempo em que se pretende analisar os dados, é nosso objetivo analisar e tirar conclusões sobre problema fundamental da sociedade brasileira que é a desigualdade. Assim, nossa pesquisa tem um caráter quali-quantitativo.

Para analisar o cenário econômico da última década e como este fator está diretamente relacionado ao avanço da desigualdade, iremos utilizar o Produto Interno Bruto (PIB), pois, se trata do principal indicador de atividade econômica no país.

Outro indicador a ser utilizado para a análise da má distribuição de renda no país, será o Índice de Desenvolvimento Humano o IDH, que indica o desenvolvimento de um país nas áreas da saúde, educação e renda, sendo esses três eixos essenciais para a análise completa do desenvolvimento e renda.

2. A DESIGUALDADE NO BRASIL

O objetivo neste tópico é apresentar algumas teses sobre o desenvolvimento econômico e a desigualdade na distribuição de renda. No Brasil, é observável a existência dos diversos tipos de desigualdade em todo território nacional. O Índice Gini, que mede o nível de desigualdade nos países, aponta que desde 2014 a desigualdade está em crescente alta no país, o que nos indica que apesar de pequenas melhorias na economia e no desenvolvimento propício para acabar com a desigualdade, o Brasil continua sendo um país extremamente desigual e esta desigualdade tem por tempos se intensificado em períodos marcados pela alta crise econômica, períodos de alta inflação e eventos que mudam a trajetória da política e cultura brasileira.

O cenário de desigualdade brasileira, tem por sua origem os primórdios da colonização territorial, como a relação com a falta de políticas públicas, as baixas taxas de remuneração de mão de obra, além das crises econômicas que perpetuam durante toda a história e são acompanhadas por altos períodos inflacionários, que resultam e postergam na maior disparidade de renda e maior desigualdade social.

A miséria no Brasil tem por sua causa primária a pobreza estrutural, e se amplia cada vez mais por meio da má distribuição de renda. Segundo nossa visão, a má distribuição de renda é o fator determinante para explicar a desigualdade e a pobreza no Brasil (Paes de Barros, 2001). Além destes fatores, a falta de acesso à uma educação de qualidade, a falta de garantia de serviços básicos que provém de uma má administração dos recursos públicos e a insuficiência de investimentos governamentais.

A disparidade do acesso à educação de qualidade no Brasil pode ser explicada também pela desigualdade de renda no país, pois, quem possui acesso a uma educação de maior qualidade é aquele que vangloria de melhores condições de renda e que apresenta condições de arcar com um ensino privado, ou seja, as pessoas mais ricas do país. Além disso, indivíduos que moram em regiões rurais possuem um acesso problemático ao acesso à educação, em questões da falta de estrutura adequada a essas escolas e a uma falta de políticas públicas que visam o melhoramento do ensino na região.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) (2019) o Nordeste é a região com o maior número de adultos que não completaram o ensino médio, cerca de três a cada cinco adultos, isto é, 60,1% da população. Este dado corrobora com a ideia de que pessoas que possuem um grau menor de escolaridade advém de regiões consideradas as mais pobres do país, sendo que, os estados considerados mais pobres do Brasil estão localizados nas regiões Norte e Nordeste, tendo o Maranhão (região Nordeste) o maior número de pessoas cuja renda domiciliar per capita é de até R\$ 497,00 por mês, mais da metade da população maranhense vivendo nessa condição.

A falta de acesso à educação de qualidade faz com que se perpetue o ciclo de desigualdade social, já que os indivíduos que possuem pouco ou quase nada de estudo, se encontram em um cenário de poucas possibilidades para melhorar a condição de vida, enquanto aqueles que nascem dotados de uma maior renda, podem exaurir de mais estudos, tornando-se adultos com condições financeiras e sociais melhores.

A má distribuição de renda faz com o problema da desigualdade social aumente cada vez mais, impossibilitando o acesso dos mais pobres a educação, cultura, lazer

etc. Tendo em vista este problema, o governo tem o dever de promover meios para a subsistência desta população mais pobre de forma justa e equilibrada, visando políticas públicas que busquem reduzir as diferenças econômicas entre a população.

Os programas de transferência de renda como o Bolsa Família é o exemplo majoritário de um mecanismo criado pelo governo federal afim de ajudar os cidadãos que suprem da falta de recursos e se encontram na extrema pobreza.

Os atrasos sociais e as brechas que consistem para um mau desenvolvimento do país, se intensificam mais elevadamente nas classes mais pobres e desfavorecidas da sociedade, e assim se intermediam para uma menor produtividade econômica. Em alguns ciclos da economia brasileira, é notável como a relação do baixo crescimento econômico e dos desvios de incentivo dos gastos públicos, apresentam uma maior diferença dos rendimentos médios reais da população e do e poder compra do consumidor.

No que se refere ao crescimento econômico e a desigualdade de renda no país, ambos apresentam uma correlação negativa. Evidências empíricas observadas em alguns países em desenvolvimento, apresentam que para se obter um maior crescimento econômico, é necessário retardar a desigualdade. Entretanto, a partir da aceleração do crescimento econômico, o aumento da desigualdade nas classes mais baixas também pode se intensificar, dado a uma aceleração exacerbada da economia, sem refletir diretamente na distribuição de renda. O aumento da desigualdade de renda em consequência do crescimento econômico, também pode estar atribuída ao aumento significativo da concentração da renda da população mais rica do país.

Para mitigar a má distribuição de renda, o Estado adotou a partir dos anos 2000 uma série de políticas públicas. Os programas de transferências de renda, como o Bolsa Família, implementado em 2003 com o intuito de ser um complemento de renda dando acesso a direitos e há uma melhor articulação do desenvolvimento das famílias, são essenciais para a redução da pobreza no Brasil, contudo a estrutura e conjuntura econômica nacional são responsáveis para o crescimento da população pobre no país.

Segundo BOURGUIGNON (2002), para que ocorra a redução da desigualdade de renda, implicando diretamente na redução da pobreza, é necessário que o crescimento econômico não seja o principal fator para a resolução deste problema,

pois assim, a redução da desigualdade desempenhará um papel fundamental no crescimento para a redução da pobreza, tornando assim, um país com uma distribuição de renda menos desigual. Por consequência direta, um país ao realizar o manejo das políticas públicas, deve considerar diante do leque de possibilidades, desenvolver métodos específicos para a redução da desigualdade, sem interferir de forma bruta nas políticas econômicas que auxiliam o crescimento econômico, pois, ao intensificar politicamente a economia, outras áreas podem sofrer diretamente este impacto de forma não adequada.

Para KUZNETS (1955) em sua teoria sobre crescimento econômico e desigualdade de renda, em sua postulação sobre o “U invertido” no que diz respeito aos níveis iniciais de crescimento econômico entre a ligação direta com a renda, a desigualdade de renda sofreria um aumento significativa a partir do início do desenvolvimento econômico, no que se refere do movimento rural em direção aos aspectos industriais da sociedade, seguindo do setor menos produtivo, para o mais produtivo. A partir do ingresso dos indivíduos no setor mais produtivo da economia, conseqüentemente, a desigualdade de renda diminuiria de forma assídua.

Outro ponto para o debate da realização de políticas voltadas a redução da desigualdade, é a necessidade de políticas visam promover a diminuição da concentração de renda.

A análise entre diversos pesquisadores nacionais e internacionais compactua para que dois fatores fundamentais sirvam para reduzir o nível de pobreza, são eles: i) a taxa média de crescimento, e ii) o nível da desigualdade de renda.

É necessário compreender que políticas públicas que visam a igualdade entre as classes, no mínimo voltadas para o bem-estar social diante da sociedade, visam contribuir na geração de um sistema econômico mais eficiente e favorável, e resultando no aumento de seus rendimentos econômicos reais.

Então, tendo em vista o que foi dito acima, resta apresentar os principais aspectos da distribuição de renda que ocorreu na primeira década dos anos 2000.

Entre 2001 e 2011 a parcela mais pobre do país tiveram um crescimento de renda acumulado de 91,2%. Segundo o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em 25 de setembro de 2012, Marcelo Neri concluiu que: “Estatisticamente, em 2011 o Brasil atingiu o menor nível de desigualdade de sua

história”. Segundo o autor, o crescimento da renda corroborou diretamente para a redução da desigualdade, juntamente com o ajuste nominal do salário-mínimo e programas sociais atuaram na mesma direção para a melhoria da renda do trabalho.

No capítulo 3, apresentamos de forma simples os três principais fatores que combinados resultaram para que o período entre 2001 e 2011 fosse um dos mais positivos para a redução da desigualdade no país.

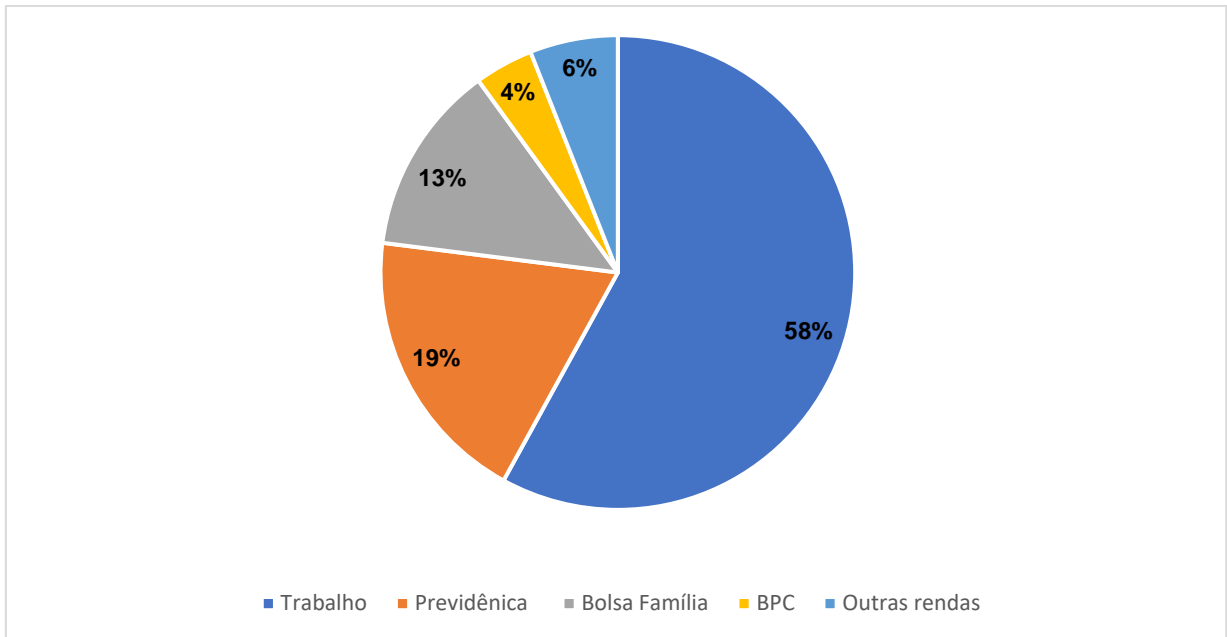
3. O CAMINHO DA DÉCADA INCLUSIVA AO AUMENTO DOS NÍVEIS DE POBREZA E DE DESIGUALDADE NO PAÍS

A primeira década deste século foi marcada no Brasil por uma melhoria dos indicadores de pobreza e desigualdade, segundo vários estudos publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apesar do Brasil ao longo de sua trajetória histórica apresentar intervalos de tempo diferentes de crescimento econômico, o início do século XXI foi capaz de demonstrar uma melhora dos indicadores sociais e de desenvolvimento, principalmente aqueles relacionados a distribuição de renda e à pobreza.

Importantes transformações ocorreram durante o período, a desigualdade medida pelo índice de Gini, cai entre todas as PNADs da década, chegando ao nível mais baixo de toda a série histórica que se iniciou com o Censo de 1960 (Neri, 2012). Uma série de fatores ajudam a explicar a melhoria na distribuição de renda e nos indicadores de pobreza. Esta melhoria conforme a literatura demonstra, ocorre devido a multiplicidade de fatores, entre os quais vigoraram com maiores taxas de melhoria o mercado de trabalho, a previdência, o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e outras.

Segundo Neri (2012) três principais fatores corroboram para a melhoria do período, como pode ser observado pelos valores contidos no gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Fatores que explicam por que houve uma melhoria na pobreza e na distribuição de renda.



Fonte: Nery, Marcelo – A década inclusiva. 2012

O fator mais importante para a melhoria dos indicadores de renda durante o período é o aumento da população empregada no país, isto é, a melhoria do mercado de trabalho. Como podemos verificar, este item colaborou com 58% dentre os outros fatores para a melhoria dos indicadores e do crescimento da época.

Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) durante o período de 2003 a 2010 foram criados 15,384 milhões de postos de trabalho. Em janeiro de 2003 o estoque de vagas formais era de 28,7 milhões (RAIS, 2018) e em dezembro de 2010 o valor do estoque era de 44,1 milhões, um crescimento de 65% das vagas formais de trabalho. O aumento no número de trabalhadores formais na economia brasileira ajudou para que ocorresse o aumento do crescimento econômico da época, pois, assim como observado em diferentes períodos econômicos, a alta do desemprego reduz efetivamente a renda média das famílias, afetando negativamente o consumo e reduzindo a prestação de serviços, sendo a causa primária pela menor demanda de trabalhadores no mercado.

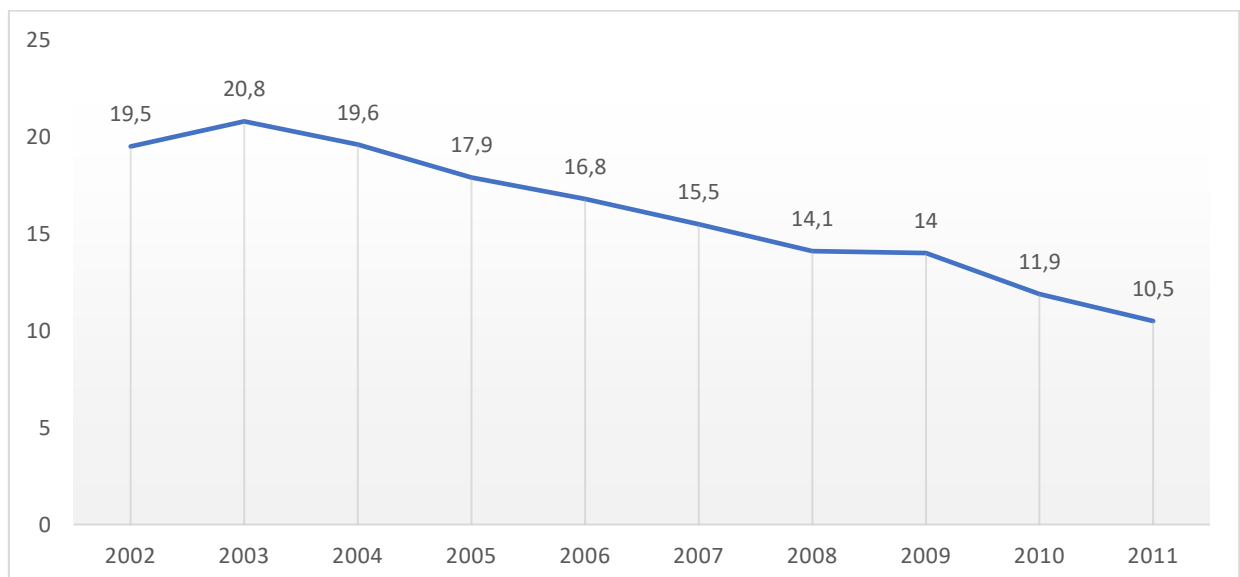
O estudo do consumo das famílias é uma das análises indispensáveis para entender não somente a qualidade de vida da população, mas, como ela se comporta frente a pobreza. A menor geração de renda implica diretamente na menor produção de bens e serviços, o que resulta na maior dificuldade de alocação de trabalhadores na economia e ao não possuir vagas formais de trabalho, esses trabalhadores acabam por optar por empregos informais para garantir o mínimo de renda. Este fenômeno

não somente amplia a taxa de desocupação entre os trabalhadores, mas corrobora negativamente para a geração de rendimentos da população, principalmente aquela que enfrenta altas taxas de pobreza.

“O consumo das famílias é o componente mais importante do produto interno bruto (PIB) brasileiro, tendo representado cerca de 60% deste ao longo dos últimos anos, e foi alvo dos principais esforços anticíclicos durante a crise de 2009 (Cepal, 2010). A dinâmica do consumo é, portanto, fundamental para o entendimento das alterações percebidas na economia em períodos de boom e crises” IPEA, 2016

Frente a isso, podemos verificar que a queda do desemprego foi constante na primeira década deste período. O gráfico 2 abaixo, demonstra que a taxa de desemprego evoluiu favoravelmente de quase 20% para metade deste valor ao final de 2011.

Gráfico 2 – Taxa de desemprego no Brasil – 2002 – 2011



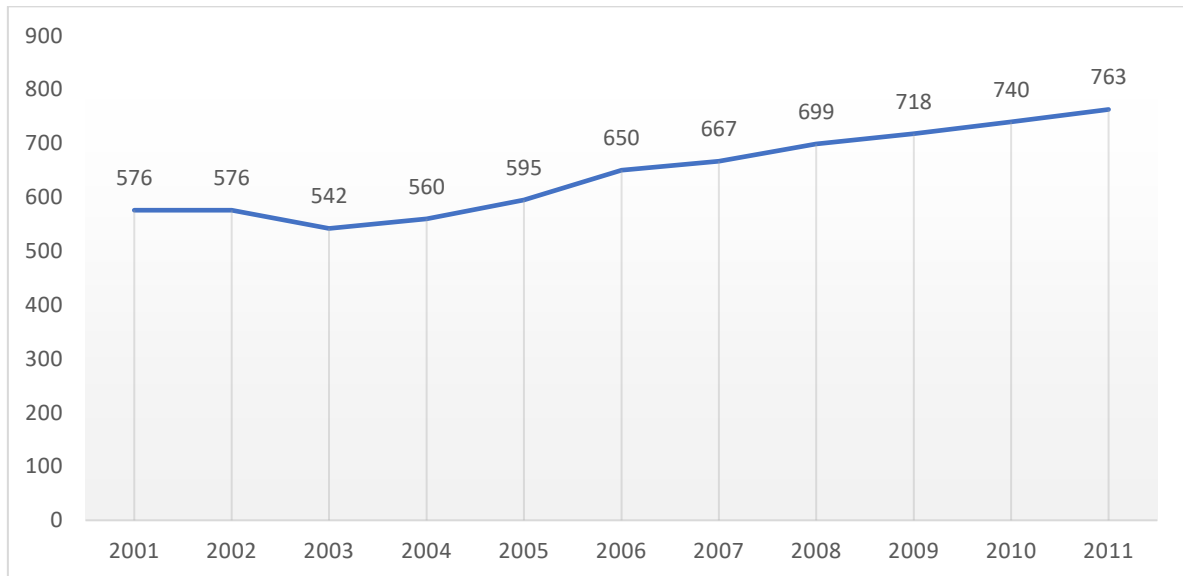
Fonte: Convênio DIEESE/ Seade/ MTE - FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED

A diminuição na taxa de desemprego entre 2002 e 2011, resultou na manutenção do crescimento econômico como forma de redução da desigualdade e da pobreza. Durante a época, o Brasil compactuou para a realização das metas do milênio da ONU, com a redução da pobreza em 57,5 %, sendo 52% deste valor provocado pelas mudanças na desigualdade de renda e o restante explicado pelo efeito de crescimento puro da economia (NERI, 2012).

A queda nos indicadores de pobreza proporcionou o crescimento da renda real *per capita* da PNAD, assim como pode ser observado no gráfico 3. A média do

crescimento da renda real *per capita* entre o período de 2001 a 2011 foi de 2,9% ao ano, este valor foi obtido através da taxa de crescimento anual composta (CAGR) para o período de 10 anos.

Gráfico 3 – Crescimento da renda per capita média (R\$) – 2001 – 2011



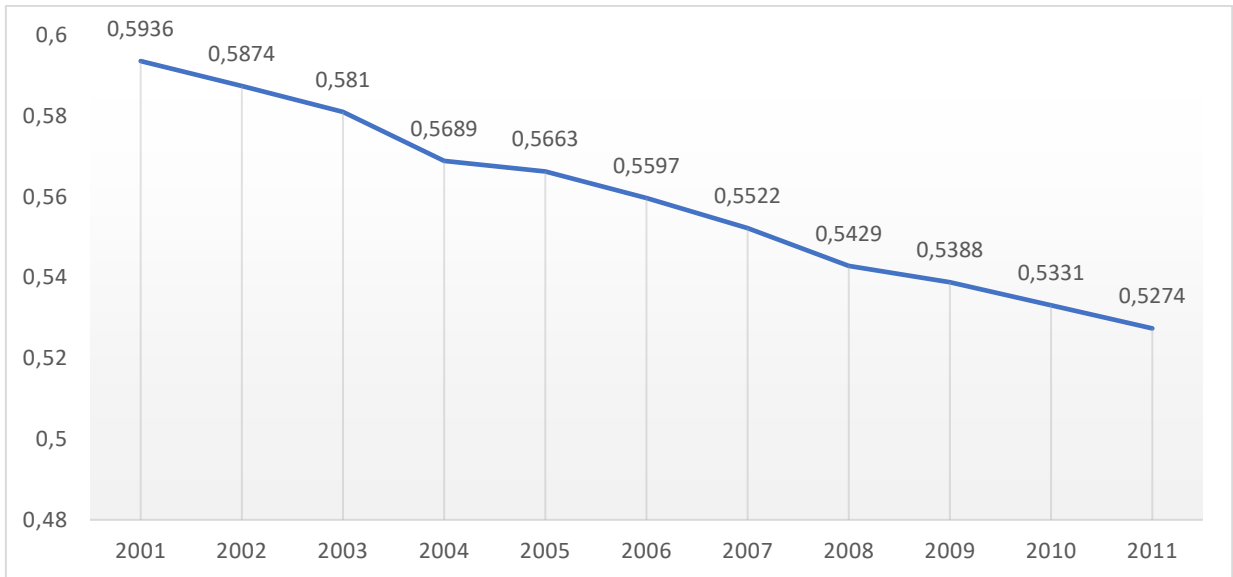
Fonte: elaboração da autora a partir dos microdados da PNADC/IBGE 2001/2011

O alto nível de desigualdade no início do século XXI abriu margem para que os programas e ações voltados contra a pobreza extrema e a miséria fossem capazes de obter melhores resultados. “Alta desigualdade significa que a pobreza pode ser reduzida através de transferências de renda” (Neri, 2012).

A queda no nível de desigualdade de renda pode ser mensurada através do coeficiente de Gini. Este índice é o mais utilizado para mensurar a desigualdade de renda entre os cidadãos. O valor do índice de Gini vai de zero, para perfeita igualdade até 1, para desigualdade plena.

O Índice Gini indicava no começo da década de 2001 significativa queda no Brasil de 0,59 para 0,53 em 2011, representando uma queda de 10% deste indicador (IPEA,2012) e resultando em um dos valores mais baixos da história. Apesar do valor ainda estar elevado e próximo do ponto máximo (0,5274) para o índice de Gini é notável a queda deste indicador durante todo o período, como pode ser observado no gráfico 4.

Gráfico 4 – Índice de Gini – 2001 – 2011



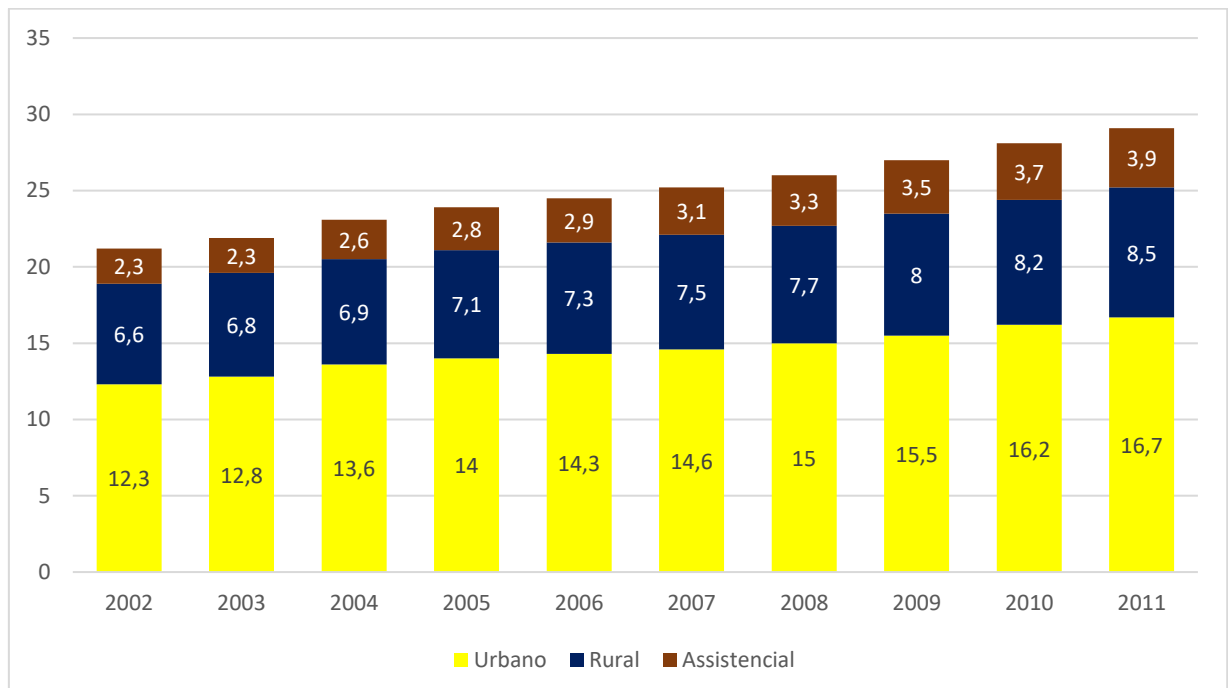
Fonte: elaboração da autora a partir dos microdados da PNADC/IBGE 2001/2011

Os fatores mais importantes que ajudam a compreender o porquê deste índice ter significativa queda durante o período, são os mesmos abordados por Marcelo Neri no início desta tese. As políticas que emergiram com mais força durante a época, principalmente aquelas voltadas para a geração de empregos e a inserção da parcela mais pobre que não possuía fácil acesso ao mercado de trabalho, contribuíram para que ocorresse a maior circulação de renda no país, além do aumento no número de beneficiários do bolsa família que contribuiu para que uma parcela maior da população possuísse maior e melhor acesso à educação, saúde, emprego e a renda.

As transferências da previdência social, além dos programas de transferência de renda, são o segundo elemento mais importante que explica não somente a elevação da renda, mas como contribuiu para a diminuição do índice de Gini.

Os rendimentos totais da previdência social apresentaram maior contribuição para a queda da desigualdade, cerca de 55% da queda do índice de Gini entre o período de 2009 a 2011 (NERI, 2012). As políticas de reajustes dos benefícios previdenciários, conseguiram repassar os ganhos reais para os aposentados e pensionistas através de menos recursos, isto resultou diretamente na contenção dos custos e na diminuição da alarmante desigualdade dentro do sistema previdenciário.

Verifica-se que durante todo o período o volume de beneficiários da previdência evoluiu positivamente, além do aumento considerável no número de beneficiários, houve também o aumento nos valores médios na maior parte das fontes de rendimentos.

Gráfico 5 - Evolução da quantidade de beneficiários da previdência social

Fonte: Fonte: Ministério da Previdência social.

O aumento no número de beneficiários da previdência social pode contribuir para a diminuição da desigualdade durante este período. Segundo o autor, tanto o mercado de trabalho quando a previdência foram as principais fonte de renda que melhoraram o coeficiente de concentração.

Além do fator previdência e mercado, a expansão do número de beneficiários do Programa Bolsa Família entre 2009 correspondeu para a redução de 16% da desigualdade. É válido ressaltar que as demais fontes de renda aqui apresentadas tiveram participação crucial para a melhoria nos indicadores sociais do país, entretanto, a inclusão de mais pessoas ao PBF e aumento do valor deste benefício possuiu maior impacto sobre a redução da pobreza e da desigualdade, pois garantiu o mínimo de seguridade para aqueles que não decorrem de uma renda fixa ao mês e contribui para a melhoria de vida dessa população.

“No que tange aos impactos de curto prazo sobre a pobreza e a desigualdade, Barros et. al. (2006a, 2006b) mostram que, entre 2001 e 2005, o coeficiente de Gini da renda per capita familiar decresceu 4,5%, dos quais metade foi devido às mudanças na distribuição da renda não provenientes do trabalho; destas, o PBF contribuiu com 12% e, por ser o mais focalizado entre os mais pobres, parece ter sido o mais eficiente. Soares e Sátyro (2009), utilizando dados de pesquisas domiciliares de 2006, concluem que o PBF é responsável por uma queda de 8% na proporção de pobres e 18% no hiato de pobreza, que é a diferença em termos percentuais da renda média dos pobres em relação ao valor da linha de pobreza. Barros et. al. (2010) analisam os determinantes imediatos da redução da pobreza para o período entre 2001 e

2008, mostrando que a queda da desigualdade se deve ao fato da renda dos mais pobres ter crescido mais rápido do que a dos mais ricos. Os autores estimam que o Bolsa Família contribuiu com 15% do total da queda da incidência da extrema pobreza e com 35% da redução do hiato da extrema pobreza.” (Neri, 2012, pág. 37).

O impacto de um programa de transferência de renda para a parcela mais pobre do país conseguiu durante todo o período reduzir a taxa de pobreza e de extrema pobreza, além de contribuir para a redução da desigualdade regional (relativamente forte quando comparado o estado de São Paulo com o estado do Maranhão que apresenta uma das menores taxas de renda do país) e de assegurar a alimentação básica para todos as famílias do Brasil. Outro ponto que visa a melhor explicação de como este programa ajuda a estabilizar e melhorar a situação econômica do país, esta relacionado ao efeito multiplicador que a cada R\$ 1 gasto com o bolso família gera um impacto direto no PIB, isto é, quando o efeito multiplicador aumenta maior é a propensão marginal a consumir das famílias, gerando assim produtividade nos serviços e consumo da economia.

2.1. Seguridade social no Brasil

A ideia de seguridade social no Brasil iniciou-se em 1888 acerca de seu primeiro decreto legislativo (Decreto nº 9.912-A, de 26 de março de 1888) que estabelecia a aposentadoria aos empregados dos Correios, fixando a idade mínima em 60 anos e 30 anos de serviços como principais requisitos. A partir deste primeiro decreto, foram criados inúmeros programas governamentais de aposentadoria para o ramo do trabalho, possuindo características específicas para cada previdência. Em 1964 foi reformulado o sistema previdenciário brasileiro que decorreu da fusão dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) na qual cada IAPs possuía determinado ramo de atuação econômica, e foi incorporado ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que resultou em 1990 no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) que perpetua até os dias atuais.

A previdência social brasileira garante a distribuição de renda aos indivíduos visando regularizar e organizar economicamente a sociedade para garantir a sobrevivência de vida daqueles que perderam a capacidade de exercer economicamente algum tipo de atividade laboral, seja pela idade ou por possuir algum sinistro que o incapacite durante a vida. Entretanto, o sistema previdenciário brasileiro é estruturalmente deficitário por apresentar uma das maiores cargas tributárias do mundo, e por possuir

uma regressividade de seus impostos, que incidem diretamente sobre a renda e o consumo.

As reformas de previdências no Brasil iniciaram-se com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287 pelo Poder Executivo à Câmara dos Deputados em dezembro de 2016, com alterações nas condições de aposentadoria e possuía o intuito de estabelecer regras e algumas previdências para o regime geral dos trabalhadores dos setores públicos e privados.

O sistema previdenciário possui uma perspectiva positiva de mudanças desde a década de 1990, entretanto, após a crise financeira de 2008 que afetou negativamente diversas economias pelo mundo a perspectiva é da realização de mudanças mais amplas ao diagnosticar os problemas e necessidades da sociedade, principalmente com o efeito do envelhecimento da população (HOLZMANN, 2012).

O envelhecimento populacional é uma consequência direta do processo de transição dos regimes demográficos. A queda na taxa de natalidade e aumento da perspectiva de vida, desenvolvem uma maior proporção de idosos na população, acarretando consequências sociais e econômicas que os países devem mitigar através de políticas públicas.

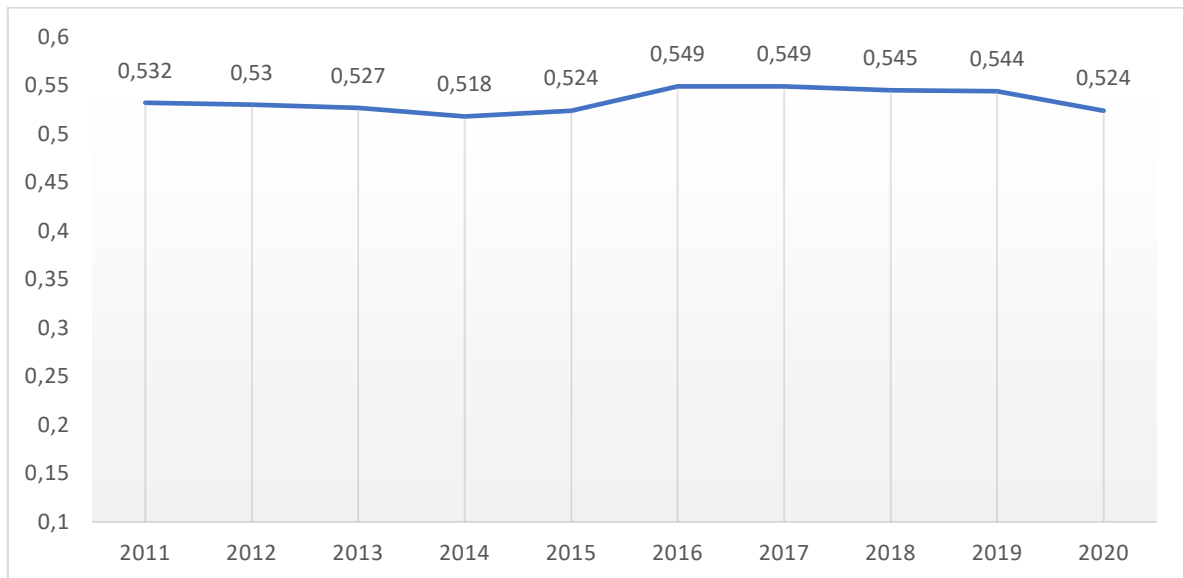
Conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil vivencia desde o século passado um processo de envelhecimento da população, apesar de possuir uma população jovem em comparação aos países de transição mais avançadas como na Europa, entre 2015 e 2040, o país cumprirá a transição que os países maduros demoraram mais de um século para realizar (TAFNER *et. al.*, 2014), e a perspectiva é que até 2030, o número de idosos ultrapassará o total de crianças entre 0 e 14 anos (IBGE, 2013).

O sistema previdenciário brasileiro é estruturado sob dois regimes principais, o grupo formado pelos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) que abrange os Institutos e Fundos Previdenciários para os servidores públicos e o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que abrange os trabalhadores do setor privado e de filiação obrigatória para os que possuem carteira assinada.

2.2. O período de 2011 até 2020

Na segunda década deste milênio houve uma reversão desta tendência, em especial, a partir do ano 2015, conforme demonstra-se no gráfico 6 abaixo. A política econômica brasileira até o ano de 2014 ainda apresentou efeitos positivos, oscilando de 2015 até 2019, quando novamente experimentou-se uma melhora.

Gráfico 6 – Índice de Gini, 2011 até 2020 - Brasil



Fonte: elaboração da autora a partir dos microdados da PNADC/IBGE 2001/2011

Alguns fatores foram determinantes para esta trajetória de desigualdade brasileira: o baixo crescimento econômico que decorreu mais fortemente a partir de 2015 e teve como decorrência um período de recessão afetando negativamente todos os setores da economia.

“A chamada “armadilha da renda média” tem sido discutida há décadas na literatura econômica. A expressão refere-se a países que passam com sucesso pela “etapa fácil” do crescimento, quando se aproveitam de uma série de circunstâncias favoráveis para se desenvolverem. Nesse processo, os países transitam de níveis de renda per capita baixos – em termos internacionais – para níveis de renda médios, mas se defrontam depois com sérias limitações para conservar esse momentum” (Giambiagi, 2016, pág. 235)

A economia brasileira após o período de expansão (2004-2013) em que a taxa de crescimento média foi de 4% ao ano, apresentou junto ao grande fortalecimento do PIB um momento de melhoria da distribuição de renda no país. Contudo, a partir de 2011 o cenário econômico brasileiro entrou em um sistema de reversão dos acontecimentos desta década e passou novamente a ser definido como uma década perdida e segundo à classificação do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos

(CODACE) este período foi considerado como o pior biênio de crescimento nos últimos 120 anos desde o marco da década perdida dos anos 80 que detinha até então, o pior resultado de crescimento dos últimos 100 anos com o crescimento real médio de 1,6% durante a década.

Assim como ocorreu na década de 80 a situação da reversão econômica que ocorreu a partir de 2011 apresentou certas similaridades com esta transição. A década de 1970 foi marcada pelo “milagre econômico”, que teve o crescimento médio do PIB real em 10,40% e se manteve estável durante este período para em seguida o país enfrentar a crise da dívida externa que desencadeou na alta inflação inercial no país estagnando a taxa de crescimento durante toda a década de 1980.

O grande desafio econômico que resultou na reversão da década e iniciou-se em 2011 e que perpetuou até 2020 é a combinação entre o baixo crescimento econômico após uma das maiores recessões enfrentadas pelo país e a recuperação lenta e gradual da economia.

A transição entre o Governo Lula (2003 – 2011) e o Governo Dilma fora marcado pela particularidade entre dois conjuntos de fatores, o conjuntural e o estrutural e segundo Giambiagi (2016) em termos estruturais, a economia brasileira apresentava desde o final de 2010 todos os sinais clássicos de uma economia que se encontrava em processo de intenso superaquecimento. A economia brasileira em 2010, pós crise financeira de 2008 cresceu 7,5% e as taxas de desemprego do período se aproximavam de um mínimo histórico jamais vivenciado na história do país. O crescimento do PIB de 7,5% evidenciou para o Brasil, segundo o diretor gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2011 Dominique Strauss- Kahn, o risco que uma expansão excessiva no país poderia causar na aplicação de políticas monetárias no país, principalmente as políticas de cunho sociais que visam diminuir a desigualdade social.

É apontado por Giambiagi (2016) três principais fatores que corroboraram para o início dos problemas durante o começo do Governo Dilma (2011) e como era necessário um olhar mais crítico para o véu de euforia da recuperação econômica acelerada pós a crise de 2008. O primeiro fator apontado pelo autor é a alta na elevação do indicador de utilização de capacidade apurado pela Sondagem Industrial da Fundação Getúlio Vargas que alcançou o nível de 85% da capacidade instalada

nas empresas e do contingente de mão de obra instaurado. Com base neste indicador era possível vislumbrar a tendência de deslocamento que a economia poderia sofrer nos anos seguintes, utilizando-se como base a mesma tendência que ocorrera nos anos 1970, 1980 e 1986 que se consagrou no final destes períodos um ciclo de impossibilidades da sustentação deste ritmo de crescimento.

O segundo fator tendo como base esse cenário de superaquecimento da produtividade do país, é de um mercado de trabalho limitado e com dificuldades crescentes de se obter mão de obra disponível. A economia pós transição de altas taxas de desemprego onde a produtividade do trabalhador é consideravelmente elevada devido a necessidade de se manter no mercado de trabalho, é diferente no cenário de baixas taxas de desemprego em que o trabalhador possui uma geração de produtividade menor. É a partir deste aquecimento no mercado de trabalho, conjuntamente com o aumento do salário real em praticamente todos os segmentos que é possível observar este crescimento da produtividade que não irá se sustentar durante o período.

O terceiro fator apontado pelo autor é a nova etapa dos déficits na conta corrente do país que aumentou intensamente a partir de 2009 e 2010. E a partir disso, os preços acabaram sendo pressionados e no final de 2010 a taxa de inflação (IPCA) se aproximou do teto imposto pelo governo de 6,5% a patamares de 5,9%.

A política que se seguiu nos anos posteriores era a política de demanda que buscava estimular a economia, o mesmo que fora seguido durante o governo Lula e obteve êxito na redução da taxa de desemprego. Entretanto, com a baixa taxa de desemprego que o começo o governo Dilma apresentava, a política requerida correta seria a de ênfase na oferta, o que não foi instaurado de imediato devido a esse contexto e justamente diante desse contexto, o investimento perde atuação no Governo Dilma.

Seguindo esses fatores, Giambiagi (2016) passa a responsabilidade do Governo Lula de não ter se atendido a “armadilha da renda média” que o Brasil estaria ingressando a partir de 2011. A taxa de variação da População em Idade Ativa (PIA) e da População Economicamente Ativa (PEA) entre o período de 2004 a 2010 e 2011 a 2015. Diferentemente, do período de 2004/2010 em que o PIB cresceu a taxa média de 4,47% (IBGE, 2016) o período entre 2011/2015 foi marcado pelo baixo

crescimento econômico, possuindo uma taxa média de crescimento de 0,98% (IBGE, 2016). Esses valores retratam a inferência que a baixa produtividade da economia ocorreu sobre a população ocupada do país. Em 2004 a 2010 esse valor era de 2,62 e em 2011 a 2015 a porcentagem de pessoas empregadas caiu para 0,68, mostrando novamente a ineficácia das políticas desenvolvidas durante o início desta década.

Com o fim do ciclo do Governo Lula após a boa repercussão e dinamismo das políticas econômicas que perseveraram durante a época, o cenário que se instaura o governo de sua sucessora é totalmente o oposto do que fora desenvolvido e vivenciado durante o Governo Lula, para isto era necessário por parte do governo se preparar com antecedência e se atentar a perspectiva de inversão dos fatores que corroboraram para a gestão totalmente oposta que fora o governo Dilma. Desta forma, é destacado pelo autor o seguinte trecho que nos ajuda a compreender melhor como fatores internos e externos ajudaram a gestão de Lula para o êxito durante o período de sua governança.

“Durante boa parte da gestão de Governo do Presidente Lula, vigorou o que se poderia denominar de “quadro mágico” favorável ao crescimento. Em primeiro lugar, os níveis de preços das exportações e dos termos de troca foram extraordinários. Em segundo, na segunda metade da década passada, os juros externos próximos de zero criaram um “apetite por risco” nos mercados emergentes como poucas vezes se vira na História do pós-guerra. Em terceiro, a elevada taxa de desemprego inicial em 2003 permitia amplas possibilidades de expansão da economia, sem risco, no curto prazo, de gargalos pelo lado da oferta de mão obra”. (Giambiagi, 2016, pág. 242)

A partir de 2011 este cenário de êxito que vinha se mantendo durante do período de 2003 a 2010 começa a se desestabilizar quando o índice de preços das exportações brasileiras começou a cair, os juros externos não se mantiveram baixos durante o período e a taxa de desemprego parou de cair depois de 2014 (IBGE, 2018) além do aumento na taxa de câmbio quando em 2015 chegou perto de R\$ 4,00.

Giambiagi (2016) aponta seis fatores que se utilizados de forma conjunta e correta poderia ter ajudado a mudar o curso das trajetórias de baixo desenvolvimento durante o período de 2011 a 2020. São eles: i) educação de qualidade; ii) níveis adequados de investimentos e poupança; iii) gasto público eficiente; iv) boa infraestrutura; v) instituições favoráveis ao crescimento e vi) ambiente de competição. Esta lista desenvolvida pelo autor, fornece a ideia dos processos necessários

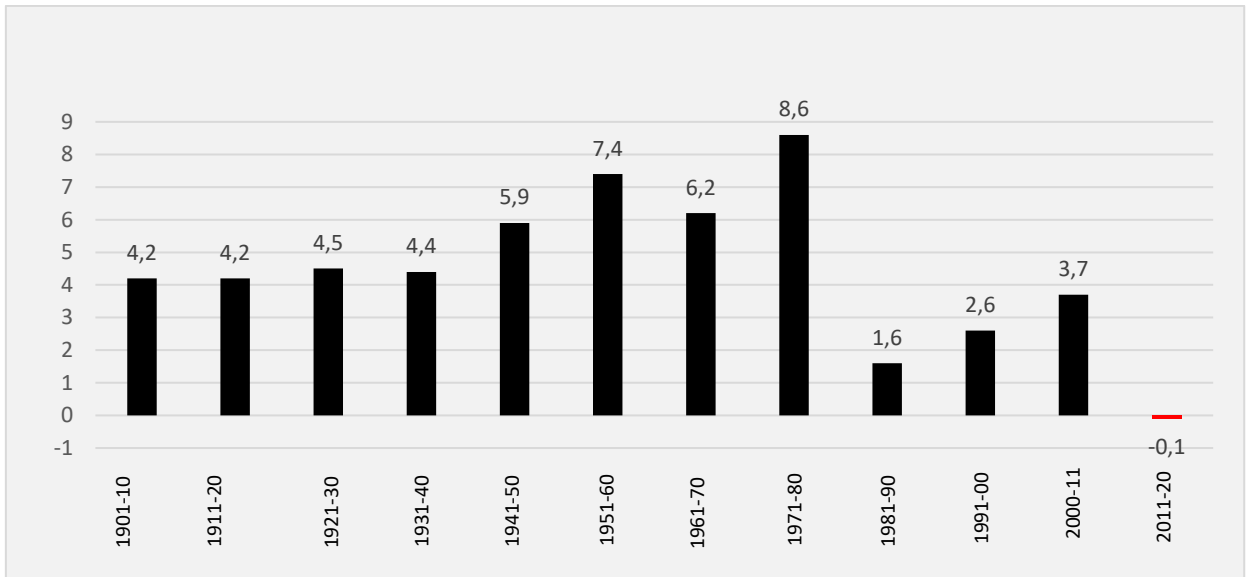
associados à expansão da oferta e da produtividade que visa ser necessário, comparativamente à etapa considera “fácil” de uma política econômica expansionista.

“Tais elementos se combinam para que se verifiquem bons níveis de crescimento da produtividade e dependem da ação dos governos. A eles se juntam os efeitos de uma demografia favorável, algo que em geral foge à influência dos governos, pelo menos no curto prazo”
(Giamgiagi, 2016, pág. 243)

É a partir da combinação do não desenvolvimento adequado desses fatores que o Brasil acaba falhando seriamente na década atual e acaba por cair na “armadilha da renda média”. Em termos de educação de qualidade, o Brasil carece de políticas e investimentos que vislumbram a transformação educacional no país, além deste problema ser uma deficiência histórica. Além do primeiro fator, em todos os outros cinco o país deixou a desejar, a dependência da poupança externa para o financiamento aumento durante a década, o uso do gasto público se tornou ineficiente e excessivo, não houve taxas de crescimento favoráveis que pudessem corroborar para a melhoria do país, além do país não possuir potencial competitivo para lidar com outras potências emergentes e não dispor de investimento adequado para uma boa infraestrutura.

A partir deste cenário, em 2014 a taxa de crescimento retraiu bruscamente atingindo patamares negativos no PIB de 3,7% (IPEADATA, 2018) acompanhado da piora em vários indicadores sociais e resultando na forte e prolongada recessão que atingiu o segundo governo Dilma (2014) e o governo Temer (2016), além de apresentar uma contração em termos reais do PIB e a piora dos indicadores sociais, o país enfrentou uma intensa crise política, além de outros choques negativos como a greve dos caminhoneiros em 2018, a guerra comercial entre Estados Unidos e China em 2019, a tragédia de Brumadinho e a crise argentina que ajudou a reduzir o percentual do crescimento econômico. Em termos do crescimento econômico esta década não apresentou crescimento efetivo do PIB, sendo assim considerada a pior taxa entre as décadas perdidas, assim como fora a de 1981 a 1990, este período entre 2011 e 2020 obteve um crescimento anual de apenas 0,3% (Ibre/Fgv, 2021).

GRÁFICO 7 - Taxas Médias Reais de Crescimento do PIB por Década (%)



Fonte: elaboração da autora a partir dos micros dados do IBGE, IPEADATA e Focus

A reversão econômica para o período foi fortemente influenciada pelos fatores internos e internacionais que ocorreram durante a época. O cenário internacional enfrentado durante o Governo Dilma foi completamente diferente em relação ao governo anterior. No começo de seu mandato, Dilma Rousseff enfrentou uma forte desaceleração das principais economias mundial (EUA e China) que adotaram políticas econômicas restritivas e voltadas para o mercado interno, além de lidar com a crise na zona do euro. Este cenário internacional desfavorável teve importantes impactos negativos na economia e no mercado interno brasileira, entretanto, o fator mais impactante para este período que resultou na baixa do crescimento econômico, foram as medidas internas adotadas pelo governo Dilma.

A partir de 2011 até 2014, o governo adotou medidas macroeconômicas de cunho heterodoxas e desenvolvimentistas, que resultaram no aumento dos gastos públicos em investimentos e fora chamada de Nova Matriz Econômica (NME). A NME foi um conjunto de medidas que tinha como objetivo combinar juros baixos, taxa de câmbio e a consolidação fiscal voltada aos estímulos do investimento público. Porém, com a maior intervenção do Estado e o aumento dos gastos públicos houve uma pressão inflacionária na economia, resultando na adoção do controle de preços de combustíveis e derivados para evitar que a inflação saísse de controle.

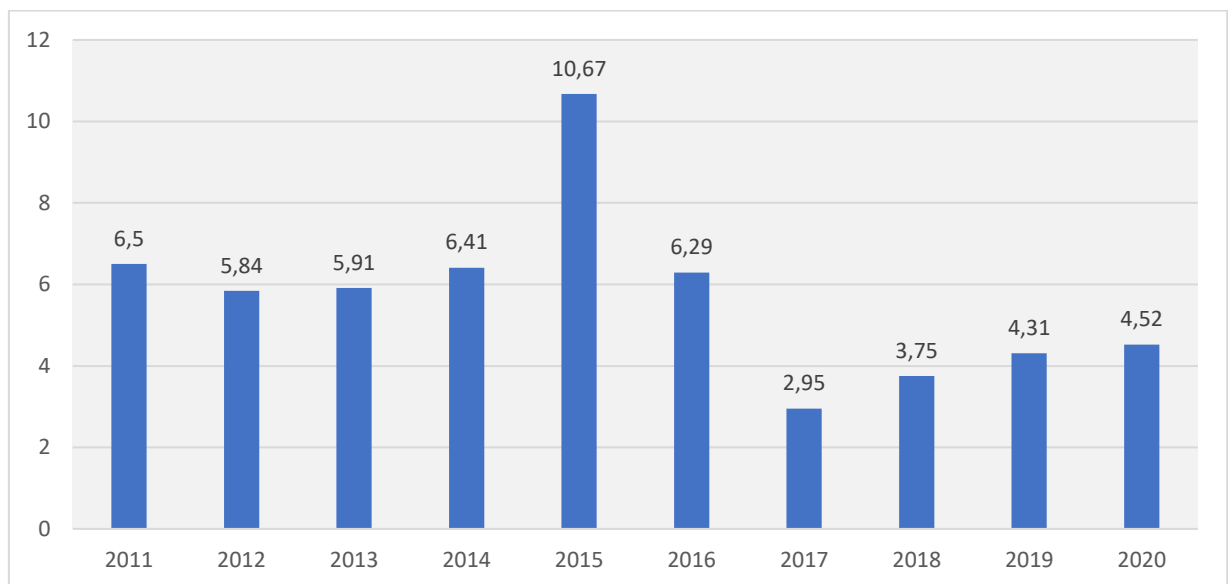
Este controle de preços se estendeu também para o setor elétrico ocorrendo uma redução dos preços nas tarifas de energia e elevando o consumo. Devido a esse período de escassez energética, as distribuidoras de energia acabaram sofrendo um

grande impacto entre 2012 e 2013, sendo necessário a entrada de subsídios governamentais.

De 2011 a 2020 o Brasil passou por altos e baixos nos indicadores econômicos, principalmente em relação a inflação no país. O crescimento econômico e a inflação caminham de mãos dadas em relação a expectativa de indicador de como a economia está aquecida. Ao longo de década a variação do IPCA (principal índice de inflação no Brasil) cresceu de forma esporádica e desregulada possuindo maiores impactos entre os anos de 2011 e 2015 onde o índice atingiu o patamar de 10,67% (maior da série histórica do período).

A política monetária implementada pela NME foi implementar para a redução da taxa de juros básica da economia em 2012 dado o momento de aceleração da inflação, essa mudança na política monetária tornou com que a taxa de inflação se acelerasse e permanecesse em níveis elevados, resultando assim, no aumento do custo em combate a inflação.

Gráfico 8 – Inflação Brasileira – Brasil 2011 – 2020 – apurada em dezembro de cada ano



Fonte: Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA – IBGE

O aumento considerável de dois dígitos na inflação foi consequência direta do desequilíbrio das contas públicas, isto é, no aumento dos gastos do governo recorrentes do primeiro Governo Dilma, que resultou em um controle de preços, como por exemplo, sobre a energia e combustível.

Em 2015 quando a inflação brasileira atingiu seu ápice, a correção dos preços sobre a energia e o combustível resultou no aumento desacerbado da inflação, no ano de 2015 o preço da energia elétrica avançou em 51% e o da gasolina aumentou 20,10%. O aumento no preço da gasolina possui influência direta sobre o preço dos alimentos, que resulta na diminuição da renda do consumidor. Aumentar o preço da gasolina, representa aumentar o valor da distribuição do alimento, logo, este impacto aumenta o custo agregado do produto quando ele chega na mesa do trabalhador.

A inflação é o aumento generalizado dos preços e refletem sobre diversos itens da economia. Quando a inflação está em 6,41% como é possível notar em 2014, isso significa dizer que a média dos preços aumentaram em 6,41% em relação ao período anterior.

Para evitar e tentar controlar a inflação o Banco Central determina uma meta anual para inflação e age para deixar os valores da inflação sempre o mais próximo desta meta. Durante o período em análise, somente no ano de 2017 o IPCA fechou abaixo da meta implantada, sendo resultado da supersafra em que os preços de alimentos e bebidas ficaram mais baratos.

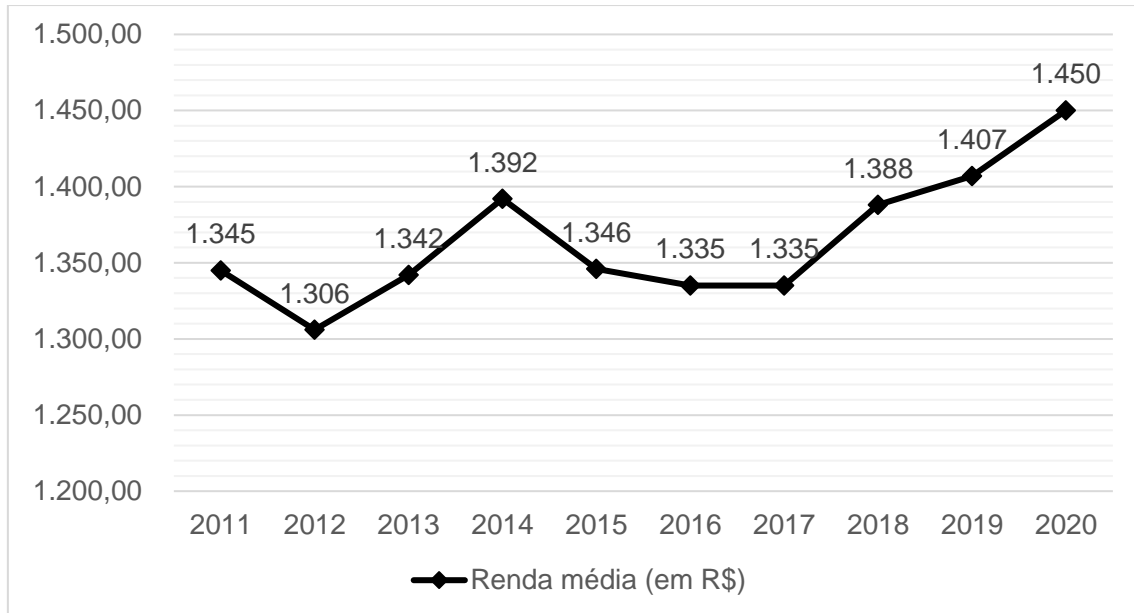
Entre o período de 2011 a 2014 os valores da inflação ultrapassam a meta instaurada pelo BACEN e o ano de 2015 foi o mais alarmante para a econômica brasileira quando o valor da inflação chegou na casa dos dois dígitos e fechou bem acima do teto da meta de inflação que na época era de 6,5%. O período posterior ao ano de 2015 ainda representou significantes aumentos do IPCA, entretanto a partir deste período é notável uma queda significativa entre 2016 e 2017 e aumentando novamente os valores em 2018 e se mantendo próximo da meta em 2018 e um pouco acima nos anos seguintes.

O aumento da inflação possui um maior efeito sobre os grupos mais pobres da sociedade, as maiores pressões inflacionarias residem principalmente nos grupos de alimentos, bebidas e habitação. O impacto da inflação sobre a parcela mais pobre do país, resultou para que em 2018 o país retornasse para o mapa da fome e se mantivesse até os dias atuais.

Convergindo para a análise da inflação sobre a renda, o gráfico abaixo representa a variação da renda mensal durante o período. É possível notar o impacto

que a inflação entre o período de 2015 a 2017 recorreu sobre a renda mensal do trabalhador brasileiro com um decréscimo em seus rendimentos reais.

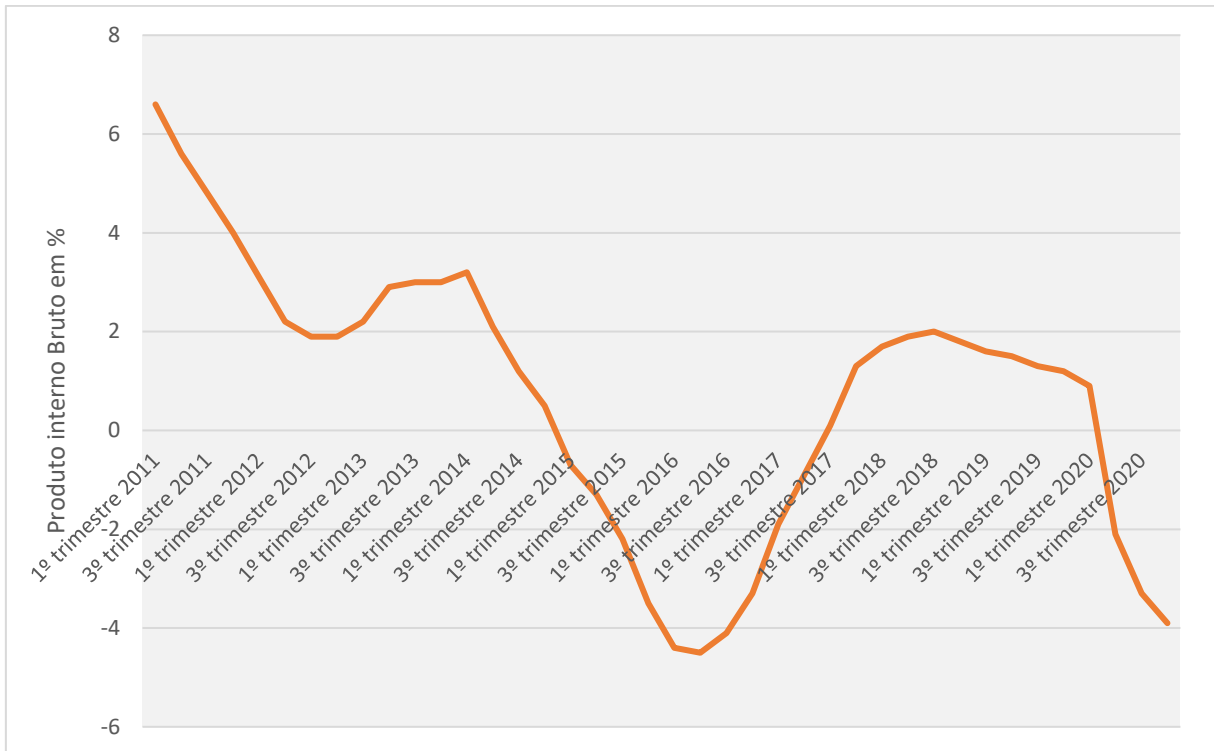
GRÁFICO 9 - Distribuição de Renda Mensal em R\$ - Brasil – 2011- 2020



Fonte: elaboração da autora a partir dos microdados da PNADC/IBGE 2010/2020

Esses fatores combinados resultaram para que durante o período o PIB variasse de entre valores positivos e negativos. Lançando uma lupa sobre a evolução do PIB brasileiro, verifica-se que a partir do primeiro semestre de 2014 passa a ocorrer uma queda neste indicador, chegando no pior momento, no primeiro semestre de 2017, quando este indicador cai acima de 4%. O fato é que do final de 2014, até o fim de 2017 o PIB caiu de forma significativa, o que teve repercussão sobre o emprego e a renda.

Gráfico 10 – Produto Interno Bruto – Brasil – Variação trimestral



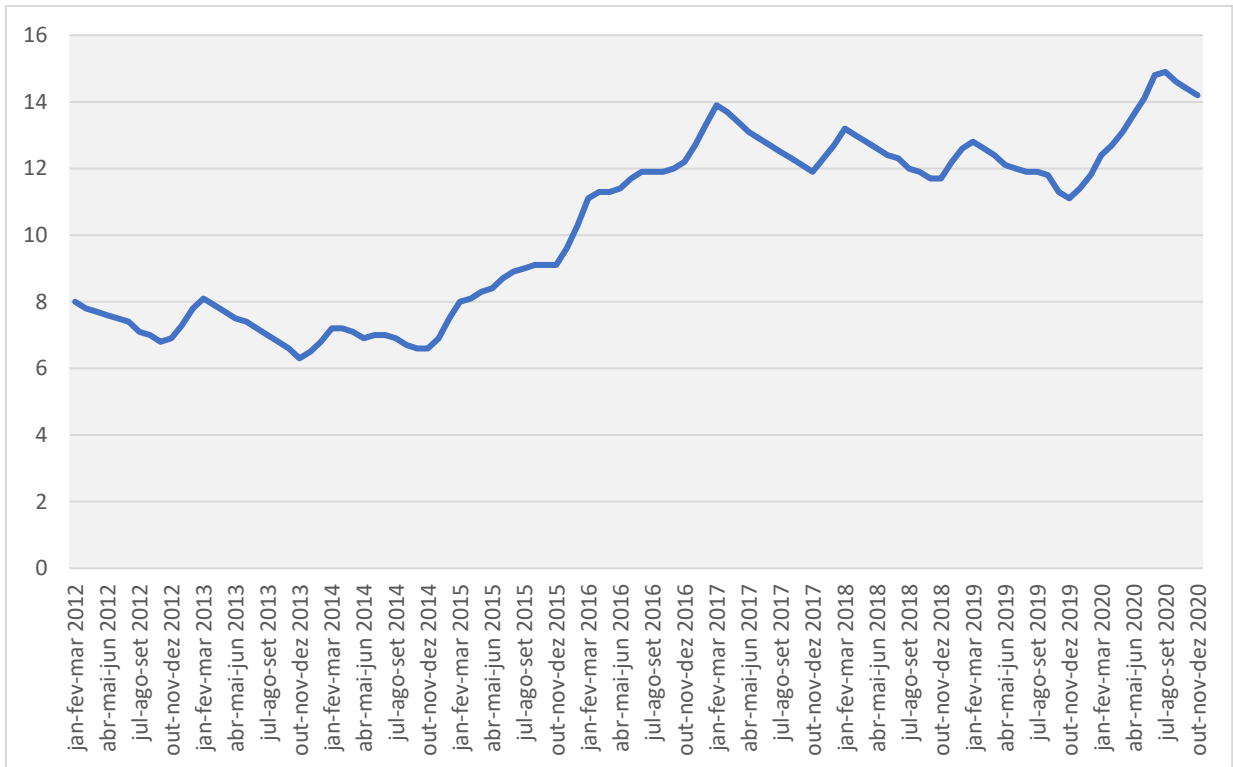
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Contas Nacionais

O aumento da inflação conjuntamente com o aumento da taxa de desocupação no país são elementos que combinados explicam a queda relativa do PIB, principalmente entre o período de 2015 a 2017. A diminuição no número de empregados no país é um dos fatores macroeconômicos que nos ajudam a identificar o desenvolvimento da recessão que o país enfrentou a partir de 2015.

Em função do processo recessivo, a partir do terceiro trimestre de 2014, a taxa de desocupação no país cresceu fortemente até o terceiro trimestre de 2017, oscilando, posteriormente, na casa de 12% até 2019, quando passa a aumentar novamente em 2020, em função da epidemia de COVID 19.

O aumento na taxa de desocupação conforme é representado pelo gráfico abaixo, representa a diminuição do consumo por produtos e serviços das famílias e no curto prazo o aumento deste indicador corresponde no desaquecimento dos setores produtivos ocasionando na demissão de mais e mais trabalhadores.

Gráfico 11 - Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade - Total, coeficiente de variação, variações em relação aos três trimestres móveis anteriores e ao mesmo trimestre móvel do ano anterior, e média anual

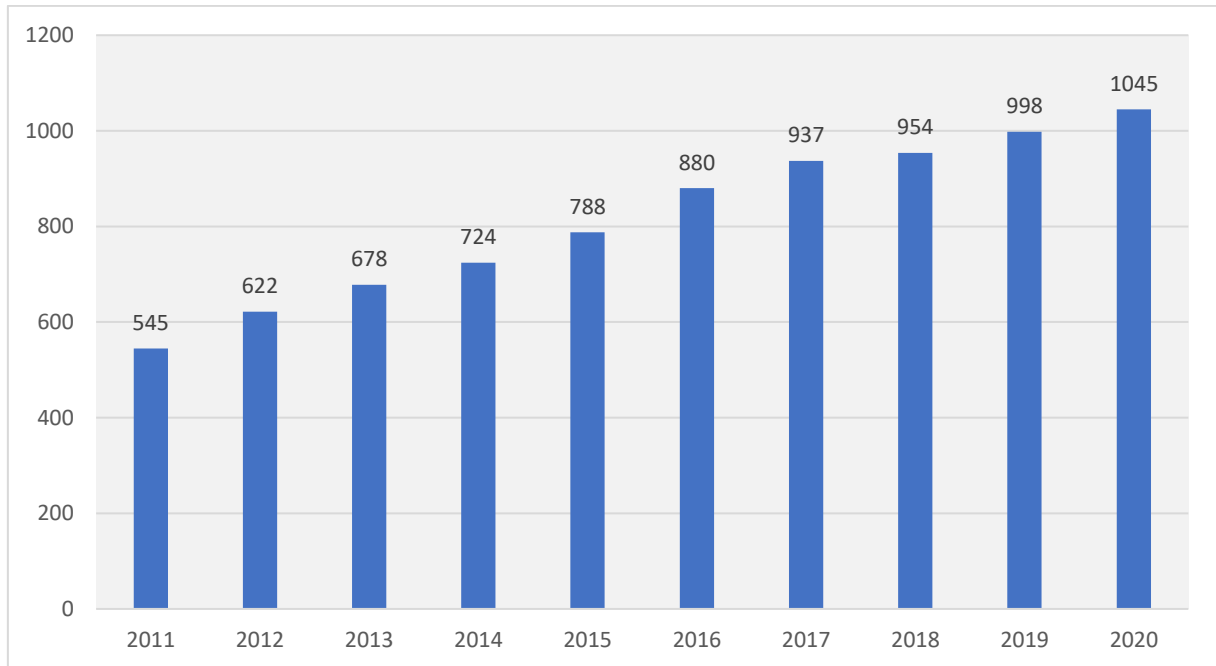


Fonte: elaboração da autora a partir dos microdados da PNADC/IBGE 2010/2020

Em função da crescente desocupação, considerando o período entre 2011 e 2020, a renda média mensal da população brasileira apresentou variações diversas, conforme é apresentado no gráfico 9. O mercado de trabalho desaquecido representa uma baixa produtividade em meio ao setor econômico, e isto resulta na maior contenção da renda por parte dos trabalhadores empregados, esses trabalhadores acabam por destinando parte de sua renda mensal a poupança, deixando, portanto, de circular maiores valores na economia e não permitindo o aumento de sua produtividade. Ademais, a baixa taxa de ocupação combinado por um aumento da inflação, corresponde na utilização do salário do trabalhador em itens prioritários em sua cesta de consumo e na combinação de fatores como habitação e transporte que representam parte significativa da renda para a classe média brasileira.

Além do aumento na taxa de desocupação outro ponto que ajuda a explicar a necessidade na melhoria nas medidas voltadas para a renda é poder contribuir para o aumento no salário-mínimo, que desde 2015 não comporta o ritmo inflacionário que o país vem seguindo.

Gráfico 12 – Variação do salário-mínimo real – Brasil – 2011 a 2020



Fonte: elaboração da autora a partir dos microdados da PNAD e IPEADATA

Reajustar o salário-mínimo dando base para melhores condições para quem vive com o mínimo é necessário para que ocorra a melhor inserção econômica desses indivíduos na economia, assim como reajustar os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Permitir que a renda básica chegue a toda a população brasileira é garantir não somente a inserção dessas famílias na movimentação de recursos dentro do país, mas também garantir o mínimo de responsabilidade social que o governo tem com a todos

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação com a diminuição da renda e aumento da desigualdade no país, principalmente com a parcela dos grupos mais pobres está cada dia mais exposta e sendo necessária a realização de medidas que combatam este paradigma histórico da nossa sociedade. Considera-se que o objetivo principal proposto no início desta pesquisa foi atingido. Através da análise histórica do comportamento dos indicadores sociais entre o período de 2002 a 2011 e posteriormente de 2011 a 2020 pode confirmar como a persistência em erros e políticas que foram impostas em contextos históricos diferentes acabam por impossibilitar o melhor desenvolvimento econômico do país.

Portanto, o presente trabalho buscou identificar e comparar todas as políticas implícitas e desenvolvidas pelo Governo Federal, juntamente com a evolução dos indicadores sociais e indicadores econômicos durante todo o período de análise.

Atendendo ao primeiro objetivo específico, que visou apresentar a trajetória histórica da desigualdade de renda, pontua-se que por muito tempo este problema foi uma consequência de ações impostas pelo governo, além de agravar a situação devido a contextos internacionais, principalmente os relacionados a recessão. A condição de melhoria na distribuição de renda que o país durante a primeira década deste século, se deu tanto a comportamentos internos como externos. A aplicação de políticas desenvolvidas para a parcela de menor renda da sociedade durante o período de 2002 a 2011 possibilitou o aumento desses indivíduos na inclusão no mercado de trabalho, maiores beneficiários da previdência, além de garantir o mínimo de renda com o programa Bolsa Família. O desenvolvimento coordenado desses fatores, possibilitou que o índice de Gini do período diminuísse e fosse capaz de transformar esta década em uma década mais inclusiva.

Entretanto, a analisar os principais indicadores sociais no Brasil durante o período de 2011 a 2020, observou-se uma reversão neste cenário, embora as políticas sociais tenham se mantido, o cenário econômico brasileiro não se configurou para que essas medidas seguissem surgindo total eficácia. O nível de desocupação e a taxa de inflação durante o período teve aumentos consideráveis, o que resultou na baixa produtividade do país e de um declínio do PIB principalmente após 2014.

O estudo se limitou a esclarecer sobre os aspectos macroeconômicos que corroboraram para o aumento no nível de desigualdade de renda no país. Entretanto, apesar da melhoria de alguns aspectos macroeconômicos como o IPCA, e a retomada do PIB, sem políticas de incentivo a tendência deste cenário é de continuar a se elevar.

4. REFERÊNCIAS

B. Atkinson, Anthony. Desigualdade – O que pode ser feito? São Paulo: Leya; 1ª edição, 25 de outubro de 2015.

BARROS, R.P. ET ALLI. Os determinantes da desigualdade no Brasil. Texto para discussão n. 377, 60 p. Rio de Janeiro: IPEA, 1995.

Educação de qualidade, quem realmente tem acesso? Acesso em 05 de outubro de 2022. Disponível em <https://www.childfundbrasil.org.br/blog/falta-de-acesso->

[educacao-qualidade-brasil/#:-:text=Essa%20falta%20de%20acesso%20%C3%A0,se%20tornarem%20adultos%20com%20condi%C3%A7%C3%B5es](#)

GIAMBIAGI, Fábio. Economia Brasileira Contemporânea (1945-2015). São Paulo: 3ª edição, 2016.

H.G Ferreira de Souza, Pedro. Uma história da desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926-2013). São Paulo, Hucitec; 1ª edição, 1 de outubro de 2018.

HOFFMANN R. “Considerações sobre a evolução recente da distribuição de renda no Brasil. Revista de Administração de Empresas, v.13, n.4, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1973. “ Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil”. In: HENRIQUES, R. (Organizador), Desigualdade e pobreza no Brasil, Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (**IBGE**): Pesquisa Nacional por amostragem de domicílio (PNAD). Vários anos. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>. Acessado em 23/03/2023

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**IPEA**): A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda. 2012. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4639/1/Comunicados_n155_Decada.pdf. Acessado em 23/03/2022

KUZNETS, S. Economic growth and income inequality. The American Economic Review., v. 45, n. 1, março 1955

Paes de Barros, Ricardo; Henriques, Ricardo; Mendonça, Rosane. A estabilidade inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro, junho de 2001.

Acesso: 27 de outubro de 2021. Link:

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2003/1/TD_0800.pdf

PIKETTY, T. Capital no século 21. Tradução de Mônica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca Ltda., 2013.

Piketty, Thomas. A Economia da Desigualdade. São Paulo: Intrínseca, 1º edição, 2 de fevereiro de 2015.

Pochman, Marcio. Desigualdade Econômica no Brasil. São Paulo: Ideias e Letras, 2015.

POCHMANN, M. “Nós somos um país em que a desigualdade é nossa marca”: Para o economista e presidente da Fundação Perseu Abramo, Márcio Pochmann, o Brasil está mais preparado para lidar com a desigualdade, mas certamente, está longe de superá-la. [nov. 2014]. Entrevistadora: Simone Freire. São Paulo: Jornal Brasil de Fato. Disponível em: . Acesso em: 03 mai. 2022.

Rocha, Sônia. Pobreza no Brasil, Afinal do que se trata. São Paulo: Editora FGV, 3ª Edição, 1 de janeiro de 2007.

Síntese de Indicadores Sociais – Uma análise das condições de Vida da População Brasileira, IBGE, 2018. Acesso em 20 de outubro de 2022. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>

TAFNER, P. Seguridade e Previdência: Conceitos Fundamentais. In: Tafner, P. e F. Giambiagi (ed.), Previdência no Brasil: debates, dilemas e escolhas. Rio de Janeiro: Ipea, cap.1:29-63, 2007